

5 compromissos para empresas respeitarem direitos LGBT, de acordo com a ONU

A Organização das Nações Unidas elaborou um documento para orientar o setor privado sobre o tema. Mais de 17 companhias brasileiras demonstram apoio a iniciativa.

[\(HuffPost Brasil, 17/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

As ações afirmativas de empresas para a inclusão de pessoas LGBTI e para promover o respeito à diversidade no mercado de trabalho ainda são escassas e inconsistentes. A conclusão é da Organização das Nações Unidas. A ONU reconhece que a última década trouxe avanços para milhares de gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans e intersexo ao redor do mundo, mas ressalta que esse progresso foi sido parcial e desigual, com avanços significativos alcançados em alguns países e para algumas comunidades, compensados pela falta de progresso, ou até mesmo retrocesso, em outros lugares.

“Se quisermos alcançar um progresso global mais rápido rumo à igualdade para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexo, o setor privado não apenas terá de cumprir com suas responsabilidades de direitos humanos, mas também de tornar-se um agente ativo de mudança”, afirmou Zeid Ra’ad Al Hussein, Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU, na abertura do relatório “Enfrentando a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexo - Padrões de Conduta para Empresas”.

“Essas pessoas são excluídas do acesso ao meio. Se não têm acesso ao trabalho, não têm acesso a aluguel, não têm como cuidar da saúde, da sua saúde mental.”

Pri Bertucci, fundador do SSEX BBOX.



A campanha Livres & Iguais da ONU lançou o documento em evento em São Paulo. (Foto: Divulgação/ONU)

Os padrões de conduta foram definidos pela ONU com base em normas e boas práticas reconhecidas internacionalmente, elaborados após um ano de reuniões consultivas regionais, com representantes de empresas e da sociedade civil na Europa, África, Ásia e Américas. O documento oferece a empresas de todo o mundo – de pequeno, médio e grande porte, nacionais e multinacionais – orientações sobre como respeitar os direitos da população LGBTI dentro e fora do mercado de trabalho.

Para chamar o setor empresarial brasileiro a assumir essa responsabilidade, a campanha Livres & Iguais da ONU lançou o documento em evento em São Paulo no mês passado, como parte das comemorações do Mês Internacional do Orgulho LGBT. “É particularmente importante realizar o lançamento latino-americano dos Padrões de Conduta em São Paulo, já que o setor privado brasileiro aderiu de modo extraordinário a eles desde o início, com mais de 17 empresas na lista de primeiros apoiadores”, ressaltou Fabrice Houdart, Oficial de Direitos Humanos das Nações Unidas e co-autor do relatório. Entre as signatárias estão Braskem, Gol, Natura, Jogê, entre outras

(veja a lista completa abaixo). Globalmente, mais de 140 empresas já manifestaram apoio a iniciativa.

Veja abaixo quais são os cinco compromissos básicos que as empresas devem assumir para combater o preconceito e apoiar a diversidade:

[table id=12 /]

No mercado, pessoas trans ainda são os principais alvos de preconceito

Para a ONU, muitas companhias descobriram que enfrentar ativamente a discriminação e promover a diversidade e a inclusão também trazem benefícios econômicos. Porém, os avanços ainda são considerados desiguais. A ONU avalia que algumas empresas possuem políticas em vigor para proteger lésbicas, gays e bissexuais, mas ainda precisam tomar medidas para proteger travestis, pessoas trans e intersexo.

No Brasil, o país mais violento para travestis e transexuais do mundo, o preconceito e a baixa escolaridade não permitem que a maior parte dessas pessoas tenham uma oportunidade no mercado de trabalho formal. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% da população trans vive exclusivamente da prostituição - muitas vezes por não terem tido oportunidade de estudo ou outra forma de se sustentar. Apenas 6% têm empregos informais e 4% têm empregos com fluxo de carreira.

“Essas pessoas são excluídas do acesso ao meio. Se não têm acesso ao trabalho, não têm acesso a aluguel, não têm como cuidar da saúde, da sua saúde mental. As empresas começam a perceber essa hegemonia, perceber que são constituídas de pessoas heteros, cis, brancas. E começam a se abrir para esse processo”, [contou Pri Bertucci, fundador do SSEX BBOX](#), iniciativa parceira da campanha Livres & Iguais da ONU na realização do lançamento dos padrões de conduta no Brasil e que realiza oficinas e palestras dentro de empresas interessadas em promover a diversidade e a inclusão de pessoas LGBTI.

“O nome social é o nome da pessoa. O nome de registro deve estar só

relacionado a Rais e a informações do RH, que sejam sigilosas.”

Julia Rosemberg



Pri Bertucci ao lado de Júlia Rosemberg, no evento Livres & Iguais, realizado pela ONU, no mês passado. (Foto: Luciana Paz/Divulgação/ONU)

Quando o assunto é a contratação de pessoas trans, o nome social e o uso do banheiro são as duas principais questões imediatamente trazidas pelas empresas, explicou Júlia Rosemberg, coordenadora do SSEX BBOX. “Quando a gente vai dar palestras e oficinas nas empresas, geralmente fica dez minutos conversando sobre a questão do banheiro. O que na verdade seria muito simples, que é cada um usar o banheiro conforme o seu gênero. O que chama a atenção é que os argumentos que as pessoas usam nessa questão sempre têm um fundo preconceituoso e discriminatório, nunca é na intenção de fazer uma discussão sobre gênero, ou discutir que tipo de placa é adequada. São essas desconstruções que a gente tem que fazer”, contou a educadora.

Julia também explicou que todas as informações públicas do funcionário ou funcionária trans, como crachá, e-mail ou cartão, devem estar vinculadas ao

seu nome social. “O nome social é o nome da pessoa. O nome de registro deve estar só relacionado a Rais e a informações do RH, que sejam sigilosas”, orientou.

Poder usar o seu próprio nome na sua atividade profissional foi determinante para o recomeço vivido por Larissa Wichineski. Há dois anos ela iniciou a transição hormonal e assumiu publicamente, para família e amigos, sua identidade de gênero. O impacto na sua carreira foi imediato. Ela sempre trabalhou por conta própria, ela já havia atuado como representante de vendas, mas há cinco anos ganhava a vida com o seu próprio consultório de massoterapia em Curitiba, Paraná. Ao se assumir uma mulher trans aos 36 anos de idade, Larissa viu clientela sumir. “A princípio todo mundo falou que ia ficar tudo bem, mas o telefone simplesmente parou de tocar. Tentei voltar a fazer vendas, mas as pessoas não querem negociar com alguém diferente”, desabafa.

[table id=11 /]

Com as dificuldades, Larissa fez o mesmo que muitos brasileiros nos últimos anos de crise: virou motorista de aplicativos de carona. Há um ano ela se cadastrou na Uber, ainda como Leandro, seu nome de registro. E assim permaneceu por um mês. “Mas pensei, estou mudando a minha vida toda e vou continuar usando esse nome que não me representa mais? Fui até a Uber pela manhã e expliquei que na verdade me ‘fantasiava’ de homem para trabalhar. O pessoal foi ótimo e voltei a tarde para mudar o meu cadastro. Daí para frente, a vida mudou muito”, conta. A Uber permite o uso do nome social no aplicativo, mesmo que o motorista ainda não tenha completado o processo de mudança no seu registro civil.

A empresa é uma das signatárias dos padrões de conduta da ONU e promove ações de inclusão e de respeito à diversidade entre seus funcionários e entre os motoristas que usam a plataforma e trabalham como autônomos. Segundo levantamento feito no ano passado, 15% dos empregados formais da Uber em todo o mundo se declararam espontaneamente LGBTQ+.

OMS diz que falta de respeito com as parteiras tem que acabar

Organização Mundial da Saúde também quer eliminar a discriminação e o assédio; agência pede que países reconheçam “o papel vital das parteiras para a sobrevivência de mães e de bebês”; pesquisa revela cultura de isolamento.

[\(Rádio ONU, 14/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

A Organização Mundial da Saúde, OMS, fez a primeira pesquisa global com parteiras de 93 países. Participaram 2,4 mil profissionais, que completaram um questionário online preparado em conjunto com a Confederação Internacional das Parteiras.

A pesquisa revela que muitas profissionais enfrentam “isolamento cultural” e recebem baixos salários. Um quinto das participantes da pesquisa dependem de outras fontes de renda para sobreviver, o que acrescenta mais pressão e exaustão na rotina.

Assédio

As longas horas de trabalho afetam suas famílias: um terço das parteiras explicaram que não têm opção, a não ser deixar suas próprias crianças sozinhas quando vão trabalhar.

A maioria relatou sofrer assédio, falta de segurança e medo da violência. O desrespeito no local de trabalho tem impacto negativo na autoestima e na capacidade de fornecerem cuidados de qualidade para mães e bebês.

Sem Discriminação

Outro problema é a falta de acesso ao ensino, para que desenvolvam suas habilidades, e ao apoio legal. Ao divulgar os resultados da pesquisa, o diretor

de Saúde Materna da OMS, Anthony Costello, declarou ser hora “de reconhecer o papel vital das parteiras para a sobrevivência de mães e de bebês”.

A OMS quer o fim da discriminação, do assédio e da falta de respeito às parteiras do mundo. A agência da ONU defende que as profissionais tenham melhores condições de trabalho, incluindo salários mais adequados, seguro saúde e previdência.

Por ano, mais de 300 mil mulheres morrem durante o parto e 2,7 milhões de bebês morrem durante os primeiros 28 dias de vida. A OMS lembra que as “parteiras capacitadas são essenciais para prevenir essas mortes”.

Respeite as mulheres muçulmanas, por Rasheed Abou-Alsamh

(O Globo, 19/08/2016) Muçulmanas que usam o hijab se sentem valorizadas, o oposto do que os autodenominados ‘libertadores’ pensam

A recente decisão do prefeito de Nice, na França, de banir das suas praias o burquíni (um maiô que cobre por inteiro o corpo da mulher) é mais um ato discriminatório contra muçulmanos em nome dos direitos humanos e da liberdade. Já tive uma discussão com uma amiga brasileira sobre isso na internet, li um colunista argumentar contra o hijab, e ontem ouvi dois homens atrás de mim na fila do supermercado discutindo como o mundo tinha que liquidar os muçulmanos extremistas no Oriente Médio e acabar com o hijab das mulheres árabes, que as fazem parecer escravas.

Hijab em árabe quer dizer “cobertura”, e o conceito vem do Alcorão. Nele, Alá pede que mulheres se cubram quando saem de casa para se proteger de

olhares alheios. “Ó profeta, dissei a vossas esposas, vossas filhas e às mulheres dos crentes que, quando saírem, que se cubram com suas mantas; isso é mais conveniente, para que se distingam das demais e não sejam molestadas; sabeis que Deus é indulgente, misericordiosíssimo.”

É compreensível que pessoas de sociedades muito mais promíscuas, como o Brasil e a França, não entendam o uso do hijab. E que vejam isso como uma restrição à liberdade das mulheres de escolher como se apresentar ao mundo, uma limitação sobre o corpo delas. E, de certo modo, é uma restrição sim. Mas uma restrição que veio do olhar masculino que quer devorar tudo do sexo oposto. Mulheres muçulmanas que usam o hijab se sentem protegidas por ele, e mais valorizadas, ou o exato oposto do que os autodenominados “libertadores” do Ocidente pensam.

“As pessoas muitas vezes desprezam as mulheres muçulmanas como incapazes de ter poder ou identidade simplesmente porque elas usam hijab,” disse a fotógrafa americana Yumna Al-Arashi, de ascendência iemenita, ao “Huffington Post”. “Eu acredito que a emancipação das mulheres não exige a adesão a certa maneira de vestir — se é hijab ou biquínis. Definir emancipação com base na aparência física não está ligado ao sentido mais verdadeiro da palavra. Emancipação das mulheres permite a elas terem direitos iguais em todos os domínios, não importa como se vestem.”

O banimento do burquíni nas praias francesas, no entanto, não permite às muçulmanas que usam o hijab a opção de tomar banho de mar e nadar no Mediterrâneo. Isso para mim é uma violência contra mulheres, tão ruim e errada quanto forçá-las a usar o véu. Toda muçulmana deveria ter o direito de usar ou não o hijab. Essa liberdade é essencial em sociedades livres como a nossa aqui no Brasil, e deveria ser também na França. Ditar o que uma mulher pode ou não vestir na praia me lembra os muttawas, policiais religiosos na Arábia Saudita que vão atrás de mulheres em shoppings para ter certeza que nem um fio de cabelo está exposto.

“Sociedades fortes podem lidar com costumes e vestimentas diferentes. Se uma mulher muçulmana quer ir à praia usando um burquíni, isso não a faz uma ameaça à sociedade ocidental. Os reais inimigos da liberdade não são as portadoras de burquínis, mas os políticos que querem bani-los,” escreveu

Juliet Samuel no “Daily Telegraph”.

Aqui no Brasil, não existe restrição oficial alguma ao hijab, mas há muita discriminação contra as mulheres brasileiras que o usam. Muçulmanas têm sido atacadas verbalmente nas ruas, sendo chamadas de terroristas e mulheres-bomba. E houve o caso da estudante de Direito Charlyane Silva de Souza, que foi impedida de fazer a prova da OAB em São Paulo em março de 2015 porque era muçulmana e cobria seus cabelos com um hijab.

Mulheres sauditas, que são obrigadas a usar o hijab no reino, estão ganhando mais espaço na vida pública, especialmente na área de esportes. Nesta Olimpíada do Rio, quatro mulheres sauditas estão competindo, todas cobertas da cabeça aos pés. É claro que isso traz desvantagens para elas por causa do calor e da umidade da cidade. Mas também é um triunfo para as sauditas, que só começaram a participar dos Jogos em 2012 em Londres, depois que o Comitê Internacional Olímpico ameaçou banir a Arábia Saudita e qualquer outro país que não tivesse mulheres competindo. A princesa Reema Bint Bandar Al Saud, que foi nomeada recentemente chefe de esportes para mulheres no reino, esteve no Rio esta semana acompanhando as atletas sauditas. Numa entrevista coletiva, ela prometeu que trabalharia a fim de legalizar academias para mulheres no país, que até hoje operam na semilegalidade, e a desenvolver espaços esportivos para o treinamento de atletas sauditas.

Até os Estados Unidos têm nesta Olimpíada uma atleta muçulmana competindo de hijab, Ibtihaj Muhammad, que ganhou uma medalha de bronze na esgrima. Muito alegre e animada, ela disse numa entrevista à TV que não via o véu como impedimento para praticar esportes. “Muitas pessoas não acreditam que as mulheres muçulmanas tenham voz ou que participem do desporto,” disse ela numa entrevista ao “USA Today”. “E não é só para desafiar equívocos fora da comunidade muçulmana, mas dentro da comunidade muçulmana. Eu quero quebrar as normas culturais.”

Com véu, sem véu; de burquíni ou de biquíni, a mulher muçulmana tem o direito de fazer suas próprias escolhas e de ser respeitada. Pessoas como o prefeito de Nice, que atacam mulheres por usar o véu, estão desrespeitando a inteligência, vontade própria e liberdade dessas mulheres. Forçá-las a não

usar o véu não é um avanço social, mas sim uma violência e um desrespeito de enormes proporções.

Rasheed Abou-Alsamh é jornalista

Acesse o PDF: [Respeite as mulheres muçulmanas, por Rasheed Abou-Alsamh \(O Globo, 19/08/2016\)](#)

Canal de TV propõe respeito e igualdade entre homens e mulheres

(Comunique-se, 11/08/2016) Na segunda-feira, 8, a RPC, emissora afiliada da Globo no Paraná, iniciou a campanha #AmarElas, criada pelo núcleo de inovação do canal com o objetivo de trabalhar com temas que impulsionem o respeito e o sentimento de igualdade entre homens e mulheres. O movimento inclui reportagens especiais para os telejornais ‘Bom Dia Paraná’ e ‘Paraná TV’ 1ª e 2ª edições, além de conteúdos exclusivos para página especial dentro do G1.

A ação foi inicialmente pensada para discutir a violência contra a mulher, aproveitando os 10 anos da Lei Maria da Penha, completos no domingo, 7. Porém, a ideia ganhou corpo quando os organizadores perceberam a necessidade de mostrar ainda mais a relevância do papel da mulher na sociedade atual.

“Vimos que não deveria se resumir somente à violência contra a mulher, mas abordar também temas importantes como saúde, empoderamento feminino, carreira e tantos outros assuntos que falam de respeito e igualdade”, afirma a coordenadora de reportagem da RPC, que está à frente da campanha, Suzana Possamai.

Na página especial da ação hospedada no G1 foram disponibilizados os web-documentários protagonizados por pessoas que são referências no tema como médicas, psicólogas, juízas e delegadas, além de relatos de mulheres que sofreram agressões.

“São mulheres corajosas que aceitaram compartilhar suas histórias mostrando o rosto para lutar por respeito e igualdade”, conta Suzana. A página também traz gráficos com números nacionais, artigos escritos por especialistas, serviços para ajudar mulheres que sofrem agressão e também espaço para interação.

10 anos de Lei Maria da Penha

“A cada uma hora e meia uma mulher é assassinada por um homem no Brasil” ou “a cada uma hora e meia um homem assassina uma mulher no Brasil”? A partir do questionamento de quem é o sujeito em casos de violência, foram desenvolvidas as matérias especiais para a primeira fase da campanha #AmarElas.



Entre os depoimentos está a fala da própria Maria da Penha, contando sua trajetória (Imagem: Divulgação)

Nos materiais, a abordagem colocará como ponto central o agressor e não quem sofre essa violência. A ideia é provocar mudança de paradigma e deixar claro que a vítima nunca pode ser responsabilizada pela violência que sofre. Entre os depoimentos está a fala da própria Maria da Penha, contando sua trajetória e a importância que o caso tomou para fazer a diferença na vida de outras mulheres.

Acesse no site de origem: [Canal de TV propõe respeito e igualdade entre homens e mulheres \(Comunique-se, 11/08/2016\)](#)

Francisco pede mais respeito e menos julgamento por parte da Igreja

(O Globo, 08/04/2016) *Em documento histórico, Papa prega tolerância a gays e divorciados, mas diz que união homoafetiva não é casamento; ele condena aborto e contraceptivos*

O Papa Francisco pediu que a Igreja Católica renove sua visão sobre a família, com uma postura mais aberta e respeitosa àqueles que “participam de modo imperfeito da vida dela”, como as pessoas que se divorciaram ou casaram mais de uma vez, dizendo que “ninguém deve ser condenado para sempre”. No documento *Amoris Laetitia* (Alegria do amor), o pontífice recomenda respeito aos gays, apesar de não aceitar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre o aborto, Francisco manteve a posição do Vaticano de oposição em qualquer circunstância:

Leia mais:

[Em exortação, Papa condena violência contra as mulheres \(UOL, 08/04/2016\)](#)

[Papa Francisco condena aborto e eutanásia em exortação \(Terra, 08/04/2016\)](#)

[O que o Papa Francisco diz sobre amor, divórcio, gays e aborto \(Nexo, 08/04/2016\)](#)

“Nenhum suposto direito ao próprio corpo pode justificar a decisão de encerrar com aquela vida”, afirmou o Papa, no documento de 260 páginas.

A revisão de algumas posições da Igreja era esperada, sobretudo em relação aos divorciados. Sobre as regras atuais, pessoas que se casam mais de uma vez não podem receber a comunhão, a menos que se abstenham das relações sexuais com o novo parceiro, porque o primeiro casamento ainda é válido sobre os olhos da Igreja e eles são vistos como vivendo em pecado.

“Ninguém pode ser condenado para sempre, porque essa não é a lógica do Evangelho! Aqui estou não apenas falando sobre os divorciados, mas de todos, em qualquer situação em que se encontrem”, afirmou o pontífice.

Sobre a comunidade LGBT, Francisco pediu que a Igreja “reafirme que cada pessoa, independente de sua orientação sexual, deve ser respeitado em sua dignidade e tratada com consideração, sendo que ‘todo sinal de discriminação injusta’ deve ser cuidadosamente evitado, particularmente qualquer forma de agressão e violência”.

UNIÕES HOMOAFETIVAS NÃO SÃO CASAMENTO, DIZ O PAPA

Mas o Papa não chegou a pressionar por uma mudança na doutrina da Igreja:

“As uniões de facto ou de pessoas do mesmo sexo, por exemplo, não podem simplesmente serem equiparadas ao casamento”, afirmou Francisco. “Essas famílias devem receber orientação pastoral respeitosa, de modo que aqueles que manifestem orientação homossexual possam receber a assistências que precisam para compreender e carregar a vontade de Deus em suas vidas”.

Reconhecendo que a Igreja Católica falha na aproximação com os mais jovens, Francisco pediu que os padres ofereçam uma visão mais atraente sobre o casamento:

“Eu penso sobre o dia de São Valentim; em alguns países, interesses comerciais são mais rápidos para verem o potencial desta celebração do que nós, na Igreja”.

‘DIMENSÃO ERÓTICA DO AMOR’

O pontífice também dedicou duas páginas para a “dimensão erótica do amor” dentro do casamento, promovendo uma visão positiva sobre a sexualidade, que deve ser “vista como um presente de Deus para enriquecer o relacionamento dos casados”. Entretanto, Francisco criticou a educação sexual formal nas escolas, que discutem o sexo seguro e medidas anticoncepcionais:

“Tais expressões transmitem uma atitude negativa em relação à finalidade natural de procriação da sexualidade, como se uma criança eventual fosse um inimigo de quem se deve se proteger”.

Sobre os tratamentos de fertilidade, Francisco descreveu como algo que

“deve ser recebido como um presente”, sugerindo que casais inférteis façam uso dessas técnicas.

E para o bem das relações, Francisco enumerou algumas atitudes que enfraquecem os laços entre os casais. “Muita dor e muitos problemas são resultado de quando paramos de olhar um para o outro”. Para o Pontífice, a imaturidade é outro problema que tem afetado os casais, assim como a tecnologia.

“Apenas aos quarenta anos algumas pessoas alcançam a maturidade que deveriam ter ao fim da adolescência”, escreveu o Papa, que também mostrou suas críticas ao uso excessivo da tecnologia. “Eles acreditam, entre as linhas das redes sociais, que o amor pode ser conectado ou desconectado ao capricho do consumidor, e as relações rapidamente bloqueadas”.

Acesse o PDF: [Francisco pede mais respeito e menos julgamento por parte da Igreja \(O Globo, 08/04/2016\)](#)

“É preciso construir política de educação em direitos humanos”, diz secretário

(Agência Brasil, 28/01/2016) Defensor da política de desarmamento e do combate ao trabalho escravo, o secretário Especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili, mostrou-se preocupado com debates no Congresso Nacional que, segundo ele, “colocam em risco” avanços na política de direitos humanos. “Com a fragilização do governo no primeiro ano, houve a rediscussão de vários temas importantes para os direitos humanos. Então, tudo ficou muito nebuloso”, disse Sottili em entrevista exclusiva à Agência Brasil.

O secretário citou ainda um projeto em parceria com o Ministério da Educação para estimular o respeito às diferenças ainda na escola, como forma de combater a intolerância e o preconceito. “É preciso construir uma política de educação em direitos humanos. Uma política que comece a trabalhar, na escola, novos valores, do respeito à diversidade”, afirmou. Segundo ele, a medida deve ser posta em prática ainda este ano.

Sobre o Disque 100, Rogério Sottili, destacou que o módulo dos idosos é um dos que mais registraram aumento de denúncias de violação de direitos humanos, principalmente em relação à negligência ou exploração financeira, econômica. “Não tenho a menor dúvida de que o Disque 100 é hoje um dos instrumentos mais importantes de promoção dos direitos humanos. Na medida em que ele se constitui num canal de recebimento de denúncia, ele passa a ser um canal de proteção”, ressaltou.

Agência Brasil - Qual é a sua avaliação sobre o debate travado no Senado que quer alterar o conceito de trabalho escravo e qual seria a consequência de uma eventual derrota no Congresso?

Rogério Sottili - Seria um retrocesso inimaginável. Mas, em relação ao trabalho escravo, confesso que sou otimista. O senador Romero Jucá [PMDB-RR, relator do projeto de Lei 432/2013] ouviu o [ator] Wagner Moura, o deputado federal Paulo Pimenta [PT-RS], o senador Paim [PT-RS] e toda a Conatrac [Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo], da qual eu sou presidente. Visitamos o senador Jucá, ele retirou o regime de urgência e disse que só vai pôr em votação depois de amplo debate no Congresso. Se tiver amplo debate no Congresso, acredito que podemos reverter essa ameaça. Mas se ela ocorrer, seria um retrocesso incrível para o Brasil. O país vem acumulando avanços importantes em direitos humanos desde a redemocratização do Brasil. Em relação ao trabalho escravo, o Disque 100 recebeu 209 denúncias em 2014 e 307 em 2015. Teve um aumento de 47%.

Agência Brasil - Como o senhor vê a rediscussão do Estatuto do Desarmamento no Congresso? O debate é válido ou também é um retrocesso?

Sottili - Totalmente retrocesso. Esse ano foi *sui generis*, entende? Com a fragilização do governo no primeiro ano, com o “terceiro turno” promovido

pela oposição, por parte da mídia brasileira e especialmente pelo Congresso Nacional, houve a rediscussão de vários temas importantes para os direitos humanos. Então, tudo ficou muito nebuloso. Temos a ameaça da redução da maioria penal, a ameaça do Estatuto da Família, a ameaça na questão da revogação do Estatuto do Desarmamento e da PEC do Trabalho Escravo. Tem vários debates no Congresso que colocam [esses avanços] em risco. Mas, estar em debate é parte da democracia. Acho estupidez alguém defender o armamento. Armamento é símbolo de morte. Arma mata, não diminui a violência.

Agência Brasil - Tem surgido na internet várias manifestações de ódio contra mulheres, negros, população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e nordestinos. A que o senhor atribui isso?

Sottili - Nosso país tem uma cultura de violência. A violência é naturalizada. Quantos pais batem nos filhos e pensam que estão educando? Tem uma cultura de violência física naturalizada. As pessoas pensam que é natural bater, reprimir. Então, nós precisamos mudar essa cultura de violência. Então, é preciso construir uma política de educação em direitos humanos. Uma política que comece a trabalhar, na escola, novos valores, do respeito à diversidade; sobre como é importante se relacionar com imigrante, que é parte da nossa cultura; sobre como a população LGBT é parte do nosso dia a dia, e que é saudável que as pessoas sejam diferentes.

Agência Brasil - Como o Estado pode contribuir para mudar essa cultura de ódio?

Sottili - Desenvolvi um trabalho na prefeitura de São Paulo, um projeto chamado Respeitar é Preciso. Lá, implantamos em 20 escolas. A gente começa a ver o ambiente escolar para muito além do aluno e do professor. Envolve a merendeira, o segurança, o faxineiro, os familiares. Aí começamos um trabalho de formação de professores, sobre valores de direitos humanos. E sabe qual foi o resultado depois de dois anos de projeto em uma escola conhecida como uma das mais violentas do estado, com agressões, pichação? Organizaram um grêmio estudantil, não teve mais nenhuma agressão, a comunidade escolar está trabalhando para deixar a escola mais bonita, os professores estão engajadíssimos. Em dezembro conversei com o ministro [da Educação, Aloizio] Mercadante para tornar esse programa federal. Ele ficou

entusiasmadíssimo, pediu para a diretoria dele fazer um estudo para a gente começar a levar esse programa a 200 municípios. Esse projeto tem a parceria do Instituto Vladimir Herzog. A meta é começar a implementar este ano.

Agência Brasil - Na ocasião da última reforma administrativa, setores da sociedade civil criticaram a fusão dos três ministérios (direitos humanos, mulheres e igualdade racial) temendo o enfraquecimento da luta política nas três áreas. O senhor acha que essa junção enfraqueceu os setores?

Sottili - Ela pode enfraquecer, mas não vou deixar enfraquecer. E essa é a minha determinação. Recebi uma ligação do chefe de gabinete da presidenta me perguntando se eu aceitava esse desafio de vir para cá em uma condição diferente do que era. Mas a presidenta tinha o compromisso de fazer de tudo para que a agenda dos direitos humanos não diminuísse. Eu vou fazer de tudo para que a agenda dos direitos humanos avance mais ainda, essa é a determinação. Vamos ter que trabalhar com harmonia, e a ministra Nilma [Lino Gomes, ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos] é muito cuidadosa nas relações com as pessoas. Nos reunimos toda semana, a ministra Nilma com todos os secretários especiais, para discutir o ministério. Eu acho que os movimentos sociais reagiram como deveriam reagir, é legítimo. Se eu fosse de movimento social, reagiria da mesma forma. Conquistar os ministérios das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos foi uma luta de décadas. É evidente que qualquer redução deixe as pessoas insatisfeitas.



Brasília - O secretário Rogério Sottili destacou a importância do Disque 100 como instrumento consolidado de promoção dos direitos humanos (Foto: Wilson Dias/Agência Brasil)

Agência Brasil - Qual é o tamanho do Disque 100 na sociedade? O serviço atingiu seu objetivo?

Sottili - Não tenho a menor dúvida de que o Disque 100 é hoje um dos

instrumentos mais importantes de promoção dos direitos humanos. Na medida em que ele se constitui num canal de recebimento de denúncia, ele passa a ser um canal de proteção. E sinaliza para o governo todas as iniciativas de políticas públicas que devem ser adotadas para inibir essa violência. Ao mesmo tempo, sinaliza para a sociedade o que não anda bem. Quando a gente pega os indicadores de 2015 existe um recorte de que a violência no Brasil tem cor, idade, gênero. É um instrumento muito novo, sete anos de vida como Disque 100, mas é um instrumento consolidado, importante e referencial de promoção dos direitos humanos.

Agência Brasil - O ano de 2014 teve mais denúncias no total, em comparação com 2015, mas as campanhas em 2014 foram mais intensas por causa da Copa do Mundo. Por que não manter a intensidade das campanhas permanentemente para a população conhecer mais o serviço?

Sottili - Devemos aprimorar cada vez mais o nível de campanha e de divulgação de um instrumento como o Disque Denúncia. Mas o Disque 100 é muito conhecido. É um mecanismo importante. Talvez o que falte trabalhar melhor é sobre como acessar o Disque 100 de forma mais rápida, e isso estamos fazendo, aprimorando. Mesmo que as campanhas possam melhorar, quando tivermos eventos como Copa do Mundo e Olimpíadas, teremos que fazer campanhas e vai aumentar mais ainda [o número de denúncias pelo serviço]. Estamos fazendo campanha, estamos aproveitando esses eventos para divulgar. Mas todo ano tem um grande evento. Então, todo ano terá uma campanha a mais.

Agência Brasil - As pessoas têm medo de denunciar? Como enfrentar isso?

Sottili - Um dos maiores crescimentos de denúncia de violação de direitos humanos se dá no módulo dos idosos. E a denúncia maior é de negligência ou exploração financeira, econômica. E quem faz isso, geralmente, são familiares. E sendo familiar, há uma inibição das pessoas denunciarem o filho, a filha, o genro sobre essa violência que o idoso está sofrendo. Mas as denúncias aumentaram e é bem provável que tenha aumentado, em parte, por pessoas diretamente violentadas. Mas também é verdade que há uma rede na sociedade, o síndico do prédio ou o zelador, por exemplo, atuando em torno dessas pessoas, conscientizando sobre a importância da denúncia. É fundamental para a seriedade do Disque 100 o cuidado que a gente tem no

sentido de dar os encaminhamentos e poder ter todos os cuidados possíveis de preservar a pessoa que fez a denúncia.

Marcelo Brandão; Edição: Talita Cavalcante

Acesse no site de origem: [“É preciso construir política de educação em direitos humanos”, diz secretário \(Agência Brasil, 28/01/2016\)](#)

Na 19ª edição, Parada do Orgulho LGBT de São Paulo cobra respeito e igualdade

(Agência Brasil, 07/06/2015) Antes mesmo da saída dos trios elétricos, a Avenida Paulista já estava tomada na manhã de hoje (7) pelo público da 19ª Parada do Orgulho LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Sob o tema Eu Nasci Assim, Eu Cresci Assim, Vou Ser Sempre Assim: Respeitem-Me!, o evento reúne pessoas de diversos perfis e idades nas ruas da região central da capital.

Leia mais:

[Caminhada em São Paulo reivindica direitos de lésbicas e bissexuais](#)

[Parada LGBT: manifestantes denunciam discriminação e pedem mais tolerância](#)

[Marcas apoiam casais homossexuais](#)

[‘Ocupamos a Paulista para pedir igualdade’, diz organizador da Parada Gay \(O Globo, 07/06/2015\)](#)

[Marchemos pela vida, pelo amor, pelo fim do fundamentalismo!, editorial Católicas pelo Direito de Decidir](#)

Carregando faixas e fotos, o grupo Mães pela Diversidade desfilou pela avenida para pedir respeito. “Estamos lutando por direitos, igualdade e

respeito”, disse Sônia Martins, que veio de Brasília para participar da parada. Segundo ela, o apoio dos pais e mães é especialmente importante nesse momento em que o discurso conservador sobre a família tenta retirar direitos dos homossexuais e transsexuais. “O papel das mães, fundamentalmente, neste momento em que se discute a família, é mostrar que os LGBTs têm família. Têm pai, mãe e uma família que os ama. Família não é isso que eles querem colocar”, destacou a mãe que caminhava levando a foto da filha, Alexandra.



Parada do Orgulho LGBT de São Paulo chega à 19ª edição (Foto: Daniel Mello/Agência) Brasil

A visibilidade é, na opinião do músico Leandro Vilela, o que faz com que o evento seja tão relevante para a comunidade LGBT. “Ao longo destes anos eu via a parada crescendo e é indiscutível a visibilidade que ela traz”, disse o rapaz, participa da parada desde 2003. Ele lembrou, entretanto, a necessidade de que isso seja incorporado como valores pela sociedade. “Visibilidade não só no dia da Parada Gay, como no resto do ano. Seja na novela, seja no comercial de perfume ou em qualquer outra frente, para que a gente seja visto no dia a dia como iguais. A gente não quer mais, nem menos, só ser igual”, defendeu.

Além dos militantes e jovens em clima de festa, também passeavam pela Avenida Paulista famílias e casais como o bancário Clóvis e a aposentada Gilda Marques. “[Vim dar] uma olhadinha”, explicou o bancário. “Cada um vive do jeito que quer. É tão importante a gente se amar. Por isso, eu venho curtir e apoiar”, completou Gilda.

Mais cedo, na coletiva de imprensa que abre o evento, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, destacou o papel do Poder Público para garantir os direitos dessa população. “O Poder Público tem que ir além da tolerância. Tem que defender a tolerância, combater a intolerância, mas tem que ter um componente social de resgate da cidadania também”, disse.

Em meio a cobranças de movimentos sociais que também participaram da entrevista, Haddad prometeu ouvir mais os militantes e dar mais transparência aos recursos investidos na parada. “Quanto mais transparência melhor, nesse tipo de coisa. A gente pode fazer inclusive uma conversa aberta com toda a comunidade LGBT, em vez de fazer uma decisão de gabinete”, disse sobre o modelo a ser adotado para organizar a próxima edição do evento.

Cobrado pelos ativistas, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, garantiu que estão sendo feitas as investigações sobre as agressões à [travesti Verônica Bolina](#). “Toda a apuração está sendo acompanhada pela presidente do Conselho LGBT e pela representante da Secretaria da Justiça”, afirmou.

Em abril, fotos publicadas nas redes sociais mostraram Verônica desfigurada após uma ação para contê-la no 2º Distrito Policial (DP) de São Paulo. Presa em flagrante, acusada de tentar matar uma vizinha idosa, a travesti disse que sofreu diversas agressões enquanto estava sob custódia.

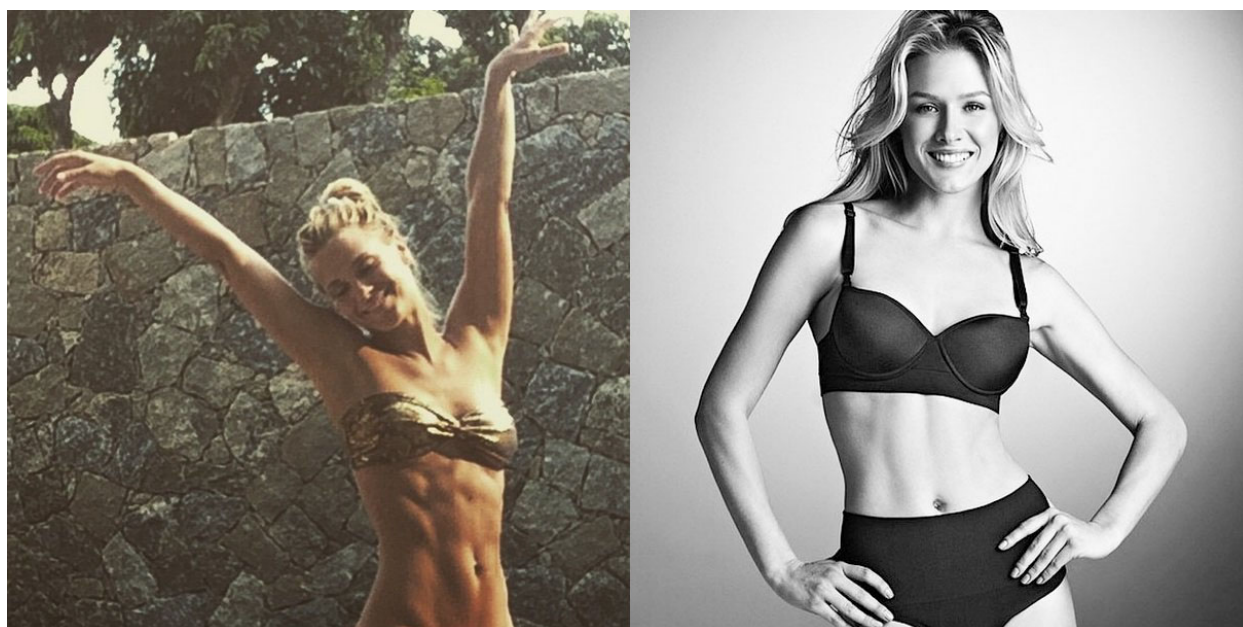
O secretário de Estado da Segurança Pública, Alexandre de Moraes, disse que a Polícia Civil deve concluir em breve a sindicância que apuras o ocorrido. “A sindicância ouviu todas as pessoas envolvidas, já fez dois laudos. A pedido da própria Verônica, está fazendo um terceiro laudo em relação às suas agressões. Ouviu todas as testemunhas que a Verônica solicitou, inclusive, as pessoas que a atenderam no hospital”, ressaltou.

Daniel Melo; Edição - Juliana Andrade

[Acesse no site de origem: Na 19ª edição, Parada do Orgulho LGBT de São Paulo cobra respeito e igualdade \(Agência Brasil, 07/06/2015\)](#)

#ocorpoémeu: atrizes aderem à campanha contra violência à mulher

(Catraca Livre, 16/04/2015) “Não interessa como estou vestida, violência contra a mulher é crime”. A frase acompanha a hashtag #ocorpoémeu postada no Instagram por várias atrizes nos últimos dias. A campanha é uma ação do Instituto Maria da Penha, com a proposta de alertar sobre a violência contra a mulher e incentivar a denúncia.



Carolina Dieckmann e Fiorella Mattheis são algumas das celebridades que aderiram à campanha (Foto: Reprodução)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [#ocorpoémeu: atrizes aderem à campanha contra violência à mulher \(Catraca Livre, 16/04/2015\)](#)

Com o apoio da ONU Mulheres, USP realiza, nesta 3ª feira, 24, simpósio sobre violência de gênero e raça em trotes universitários

Encontro dá seguimento a ações para o fim de trotes violentos contra gênero e raça, conforme carta pública da ONU Mulheres, universidades, coletivos feministas e diretoria de Mulheres da UNE

Leia [aqui](#) a íntegra da carta pública pelo Fim do Trote Violento contra Gênero e Raça

O Diversitas (Núcleos de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos) -FFLCH USP (Universidade de São Paulo) realiza nessa terça-feira, 24 de fevereiro, o Simpósio *Democracia Universitária, ética e corpo: não à opressão, nenhuma vida vale menos*, das 9h às 17h30. O evento acontece em meio a denúncias de estupro e abuso de alunas da Medicina, que têm deposto na CPI das Universidades instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

No encontro, a antropóloga Heloisa Buarque, do USP Diversidade, apresentará a [Carta pelo Fim do Trote Violento contra Gênero e Raça](#), elaborada pela ONU Mulheres, grupos de estudos de gênero e raça de universidades brasileiras, coletivos feministas e a Diretoria de Mulheres da UNE (União Nacional dos Estudantes). “A ONU Mulheres reconhece a violência crescente nas universidades como expressão de misoginia, agressão e intimidação da livre convivência e circulação de estudantes. Em conjunto com lideranças das universidades, estamos trabalhando para dar visibilidade a essas violências que precisam de respostas ágeis e efetivas do poder público, para a justiça aos casos e a prevenção da violência de gênero e raça”, afirma Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.

A programação (*ver abaixo*) contará com alunas e professores da USP e os diretores da FMUSP (Faculdade de Medicina da USP), entre eles José Otávio Costa Auler Júnior.

Nos últimos dois anos, surgiram no Brasil diversas denúncias contra trotes universitários organizados por veteranos, que lançam mão de práticas machistas, lesbofóbicas, homofóbicas, transfóbicas e racistas contra calouras e calouros. Ano após ano, esse grupo é submetido a atividades agressivas definidas por veteranos, nas festas das faculdades e dentro das residências estudantis – a maioria deles, homens brancos e de classe média alta.

Entre as atividades propostas na Carta para dar fim a essas práticas violentas estão a elaboração de uma campanha de mídia e advocacy contra o trote violento, que conscientize universitárias e universitários a respeito da violência de gênero e raça, e a formação de uma rede institucionalizada de apoio, com a implementação de comitês de apuração e ouvidorias.

A mobilização acontece no marco da iniciativa O Valente não é Violento, da campanha do Secretário-Geral da ONU “UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, com o intuito de expressar publicamente um compromisso institucional a favor de mulheres, trans, lésbicas, gays, negras e negros, que há anos são vítimas da violência nos trotes.

Na recepção da calourada, no primeiro semestre letivo de 2015, serão realizadas aulas públicas sobre o trote violento e a igualdade de gênero e raça, na Faculdade Cásper Líbero, na USP (Universidade de São Paulo) e na Universidade Federal de Goiás, onde alunas e alunos também tomarão contato com o tema por meio de materiais de comunicação, como lambe-lambes e faixas.

As ações também incentivam a denúncia de violências sofridas ou presenciadas por meio do aplicativo Clique 180 (<http://clique180.org.br>) disponível para download nos sistemas de telefones inteligentes (smartphones) IOS e Android, do portal Minha Voz (www.minhavoiz.com) e do mapa Chega de Fiu Fiu (www.chegadefiufiu.com.br), a fim de tornar públicos os casos de violência e fornecer informações como serviços públicos de assistência policial, jurídica e psicológica pós-violência ou de prevenção.

Eliminação da violência de gênero - [“O Valente não é Violento”](#) é uma iniciativa da campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que conta com o envolvimento de todas as agências da ONU e é coordenada pela ONU Mulheres. No Brasil, a ação conta com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Tem com o objetivo estimular a mudança de atitudes e comportamentos machistas, enfatizando a responsabilidade que os homens devem assumir na eliminação da violência contra as mulheres e meninas. Desse modo, a juventude da América Latina e do Caribe poderá ter uma vida livre da violência de gênero.

Parceria Institucional: ONU Mulheres; O Valente não é Violento (iniciativa das Nações Unidas com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República); USP Diversidade; Genera - Núcleo FEA de Pesquisa em Gênero e Raça; Poligen - Grupo de Estudos de Gênero da Poli-USP; Ser-Tão - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UFG; Diretoria de Mulheres da UNE; Faculdade Cásper Líbero; Coletivo Feminista Históricas; Instituto Federal do Maranhão; Centro Acadêmico Visconde de Cairu - FEA- USP; Centro Acadêmico João Mendes Júnior - Mackenzie.

Programação do Simpósio:

09:00 - Sessão de Abertura

José Otávio Costa Auler Júnior (Diretor da FMUSP)

Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho (Vice-diretor da FMUSP)

Edmund Chada Baracat (Presidente da Comissão de Graduação da FMUSP)

Francisco Miraglia (Representante da ADUSP)

Zilda Iokoi (Diversitas)

09:30 - Mesa Redonda: Ações Contra a Opressão

Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira (Professora do Depto. de Medicina Preventiva da FM/USP)

Antônio Ribeiro de Almeida Júnior (Professor do Depto. de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP e pesquisador do Diversitas)

Irene Cardoso (Professor do Depto. de Sociologia da FFLCH/USP)

12:00 - Intervalo

14:00 - Mesa Redonda: Desocultando opressões

Marco Akerman (Professor do Depto. de Prática de Saúde Pública, da FSP/USP)

Jupiara Castro (Fundadora do Núcleo de Consciência Negra e funcionária da Faculdade de Medicina)

Renato Pignatari (aluno de graduação da Faculdade de Medicina)

Vanessa DelCastillo Couto (Representante da Frente Feminista da USP)

Felipe Scalisa Oliveira (aluno de graduação da Faculdade de Medicina)

15:30 - Intervalo

16:00 - Mesa Redonda: Ações que superem o ciclo da violência

Eduardo Ferreira Valério (Promotor de Justiça de Direitos Humanos de São Paulo)

Heloísa Buarque de Almeida (Professora do Depto. de Antropologia da FFLCH e USP Diversidades)

Zilda Grícoli Iokoi (Professora do Depto. de História da FFLCH e coordenadora do Núcleo de Pesquisas - Diversitas)

Simpósio Democracia Universitária, ética e corpo: não à opressão, nenhuma vida vale menos

Quando: 24/02, terça-feira, das 9h às 17h30

Onde: Teatro da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). Av. Dr. Arnaldo , 455, São Paulo - SP.

Preconceito poderá render pena

de até seis anos de prisão

(Câmara Notícias, 18/09/2014) A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 7582/14, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), que define crimes de ódio e intolerância. O objetivo é punir a discriminação baseada em classe e origem social, orientação sexual, identidade de gênero, idade, religião, situação de rua, deficiência, condição de migrante, refugiado ou pessoas deslocadas de sua região por catástrofes e conflitos.

Quem agredir, matar ou violar a integridade de uma pessoa baseado nesses tipos de preconceito será condenado por crime de ódio e terá a pena do crime principal aumentada em no mínimo 1/6 e no máximo 1/2.

Já o crime de intolerância terá pena de um a seis anos de prisão, além de multa, para quem exercer violência psicológica (bullying); negar emprego ou promoção sem justificativa legal; negar acesso a determinados locais ou serviços, como escola, transporte público, hotéis, restaurantes; negar o direito de expressão cultural ou de orientação de gênero; e negar direitos legais ou criar proibições que não são aplicadas para outras pessoas. A exceção a essa regra é o acesso a locais de cultos religiosos, que poderá ser limitado de acordo com a crença.

Para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação por meio de discurso de ódio ou pela fabricação e distribuição de conteúdo discriminatório, inclusive pela internet, a pena também será de um a seis anos de prisão, além de multa, e poderá ser aumentada entre 1/6 e 1/2 se a ofensa incitar a prática de crime de ódio ou intolerância.

Prevenção

O projeto também prevê que o juiz aplique outras sanções a quem cometer crime de ódio ou intolerância em caráter preventivo: suspender ou restringir porte de arma, afastar o agressor do lar ou da convivência da pessoa ofendida, e proibi-lo de se aproximar ou manter contato com a vítima, seus familiares e testemunhas.

A proposta determina ainda que o Poder Público se empenhe na criação de

uma cultura de valorização e respeito da diversidade. O texto estabelece que as políticas públicas deverão buscar a integração dos órgãos de defesa das vítimas, o aperfeiçoamento do atendimento policial, a capacitação de servidores públicos, além da promoção de estudos e pesquisas para mapear as causas, consequências e a frequência da prática dos crimes de ódio e intolerância.

“O caráter abrangente deste projeto de lei tem o objetivo de demonstrar que nenhuma situação de vulnerabilidade pode ser utilizada para justificar ou mascarar violações de direitos humanos”, afirma Maria do Rosário.

Tramitação

O projeto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, em seguida, pelo Plenário da Câmara.

Acesse no site de origem: [Preconceito poderá render pena de até seis anos de prisão \(Câmara Notícias, 18/09/2014\)](#)